

## **Regulação educativa: avaliação de desempenho docente e obrigação dos resultados em Minas Gerais**

## **Regulación educativa: evaluación de desempeño docente y obligación de los resultados en Minas Gerais**

## **Educational regulation: evaluation of teaching performance and obligation of results in Minas Gerais**

Jeisabelly Adrienne Lima Teixeira<sup>1</sup>

Aline Marques da Costa<sup>1</sup>

Ernandes Gonçalves Dias<sup>3</sup>

### **Resumo**

As reformas educacionais começam a ser conhecidas no Brasil a partir da década de 90, posteriormente o estado de Minas Gerais, que contava com um modelo tradicional de sistema educativo, agora passa por mudanças para se tornar um novo modelo de gestão. Assim, os docentes passam a ter responsabilidade de elevar os índices positivamente, enquadrando-se na modalidade denominada obrigação de resultados. Nessas primícias, este artigo teve como objetivo descrever os efeitos da regulação educativa sobre as relações de trabalho docente e as obrigações dos resultados apresentados pelas escolas em Minas Gerais. O levantamento documental ocorreu por meio dos descritores: regulação educativa, desempenho docente, avaliação de desempenho e resultados em Minas Gerais, foram selecionados onze trabalhos científicos e as análises desses dados permitem inferir que modelo de regulação pautado na avaliação de desempenho docente, a responsabilização das escolas e dos professores, pela vinculação das avaliações, é um arranjo do estado, no sentido de isentar-se das suas obrigações, tais como salários, carreiras atraentes e infraestrutura escolar, em relação ao direito aos serviços de educação de qualidade social para todos, portanto é necessário que o governo se atenha junto as políticas educativas, para processos mais horizontais, uma vez que a verticalidade dos processos adotados restringe a participação dos autores da escola na decisão dessas medidas.

**Palavras-chaves:** Regulação educativa; Desempenho docente; Avaliação de desempenho e resultados em Minas Gerais.

---

<sup>1</sup>Especialista em Farmácia Hospitalar (UNINTER). Docente na Faculdade Verde Norte (FAVENORTE). Monte Azul-MG, Brasil. E-mail: [jeisabellyadrienne@gmail.com](mailto:jeisabellyadrienne@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação (AVEIRO). Docente na Faculdade Verde Norte. Janaúba-MG, Brasil. E-mail: [alinefavenorte@gmail.com](mailto:alinefavenorte@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Ciências (USP). Docente na Faculdade Verde Norte (FAVENORTE). Monte Azul-MG, Brasil. E-mail: [nandesenf@usp.br](mailto:nandesenf@usp.br).

## Resumen

Las reformas educativas empiezan a ser conocidas en Brasil a partir de la década del 90, posteriormente el estado de Minas Gerais, que contaba con un modelo tradicional de sistema educativo, ahora pasa por cambios para convertirse en un nuevo modelo de gestión. Así, los docentes pasan a tener responsabilidad de elevar los índices positivamente, encuadrándose en la modalidad denominada obligación de resultados. En estas primicias, este artículo tuvo como objetivo describir los efectos de la regulación educativa sobre las relaciones de trabajo docente y las obligaciones de los resultados presentados por las escuelas en Minas Gerais. El análisis documental se realizó por medio de los descriptores: regulación educativa, desempeño docente, evaluación de desempeño y resultados en Minas Gerais, se seleccionaron once trabajos científicos y los análisis de esos datos permiten inferir qué modelo de regulación pautado en la evaluación de desempeño docente, la rendición de cuentas, las escuelas y los profesores, por la vinculación de las evaluaciones, es un arreglo del estado, en el sentido de eximirse de sus obligaciones, tales como salarios, carreras atractivas e infraestructura escolar, en relación al derecho a los servicios de educación de calidad social para todos, por lo tanto es necesario que el gobierno se atenga junto a las políticas educativas, para procesos más horizontales, ya que la verticalidad de los procesos adoptados restringe la participación de los autores de la escuela en la decisión de esas medidas.

**Palabras claves:** Regulación educativa; Desempeño docente; Evaluación de desempeño y resultados en Minas Gerais.

## Abstract

Educational reforms have begun to be known in Brazil since the 1990s. Later, Minas Gerais, which had a traditional model of an educational system, now undergoes changes to become a new management model. Thus, the teachers have the responsibility to raise the indexes positively, being in the modality called obligation of results. In these first fruits, this article aimed to describe the effects of educational regulation on the relations of teaching work and the obligations of the results presented by the schools in Minas Gerais. The documentary survey was carried out through the descriptors: educational regulation, teaching performance, performance evaluation and results in Minas Gerais, eleven scientific papers were selected and the analysis of these data allows to infer that the regulation model based on the evaluation of teaching performance, the accountability of schools and teachers, by linking the assessments, is an arrangement of the state, in the sense of exempting itself from its obligations, such as salaries, attractive careers and school infrastructure, in relation to the right to education services of social quality for all, therefore, it is necessary for the government to focus on educational policies for more horizontal processes, since the verticality of the adopted processes restricts the participation of school authors in the decision of these measures.

**Keywords:** Educational regulation; Teaching performance; Performance evaluation and results in Minas Gerais.

## INTRODUÇÃO

Depois de enfrentarmos uma grande crise fiscal, a Reforma do Estado, foi imposta nos finais dos anos 80, com isso, o Brasil ficou marcado por transformações em suas estruturas políticas, sociais e econômicas, tendo a ser reconhecida como redemocratização, descentralização, rearranjo interinstitucional e mundialização econômica. Já nos anos de 1990 o governo brasileiro buscou formas de estruturar um novo sistema de avaliação para enfatizar a melhoria da educação nas escolas. Com isso foram direcionadas avaliações que representam regulação de controle do sistema de ensino. Em 2007 o governo brasileiro, criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, assumindo o papel de condutor da política pública em prol da melhoria da educação, como afirma o Ministério da Educação, associando-se ao Plano Nacional de Educação – PNE (ALVES, 2006).

Com o surgimento do programa chamado de “Choque de Gestão”, que nasceu na administração entre os anos de 2003 a 2006, no governo de Minas Gerais onde se pretende inovar e melhorar a qualidade na administração pública. Em 2008, já na mudança de governo, o programa teve continuidade no período subsequente, agora em nova fase, passou a ser chamado de Estado para Resultados. Esse novo programa buscava eficiência nos serviços públicos, sendo assim, firma compromisso com as Secretarias de Estado com o governador e depois se alia as Secretarias de Estado com os seus órgãos competentes. No caso da educação, os órgãos são as Superintendências Regionais de Ensino – SER e os órgãos finais onde se processa o trabalho educativo, neste sentido, as escolas são intimadas ao “Acordo de Resultados” e passam a ter obrigação de obter índices de desempenho positivos, estipulados pelos outros órgãos hierárquicos, no Sistema Mineiro da Educação – Simave, como afirma Cirilo (2012).

Por muitos autores a uso das avaliações assumem o significado de uma "obrigação de resultados", sendo ela compreendida como a responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados escolares. Neste momento, existe alta exigência social de melhores resultados por parte das escolas motivadas na influência e exigência das organizações internacionais sobre os sistemas educacionais, direcionando as políticas públicas. Através de avaliações aplicadas pelo governo que se sabe realmente o que o aluno esta aprendendo, e com esses resultados numéricos, que se mede a aprendizagem existente na escola. Neste caso, se a instituição de ensino atingir o resultado esperado pelos avaliadores, a escola recebe uma forma de premiação, o que chamamos de premio por produtividade, ao contrario, perdem o direito ao premio (AUGUSTO, 2012).

Assim sendo, podemos observar ao longo deste trabalho que alguns autores questionam a cobrança de resultados associada a prêmios e punições, considerando a existência de outros fatores que interferem no processo de aprendizagem e a diversidade de contextos socioeconômicos em que as escolas estão inseridas, como é o caso de Minas Gerais. Por outro lado, existem também aqueles como Fernandes (2008) que acredita nos sistemas avaliativos recentes, como contribuintes para incorporar a melhoria na educação através da avaliação dos professores, resultando em ingressar novas pessoas na profissão, formação e desenvolvimento profissional, melhoria do ensino, progressão na carreira e também aumento de salário. Essa melhoria dos sistemas educativos não é simplesmente reestruturar as escolas, deve-se ter atenção a qualidade do trabalho pedagógico e os sistemas de apoio na aprendizagem do aluno, o que parte de tarefas pensadas, preparadas e praticadas pelos docentes.

## **OBJETIVOS:**

### **Geral:**

Descrever os efeitos da regulação educativa sobre as relações de trabalho docente e as obrigações dos resultados apresentados pelas escolas em Minas Gerais.

### **Específicos:**

- Pontuar termos da regulação educativa desde a sua ideia inicial até os dias atuais.
- Conceituar e discutir a regulação educativa em face às avaliações de desempenho.
- Relacionar o desempenho do professor baseado no desempenho do aluno.

## **Contextualização histórica da avaliação docente em Minas Gerais**

Num processo de mudanças substanciais advindas da progressiva universalização ocorridas no final dos anos de 1970 e na década de 1980, o Brasil apresentava um contexto considerável de perdas salariais e trabalhistas no trabalho docente, sendo que nesse período, os investimentos direcionados a educação não aumentava na mesma proporção da quantidade de matrículas, sendo assim, o professor deveria ensinar um número bem maior de alunos por turma, tornando a jornada de trabalho bem carregada. Esse foi considerado, por muitos autores, um período de precarização do trabalho docente, paralelo ao movimento de lutas e movimentos sociais que também buscava melhorias das condições de trabalhos nas escolas e

na educação (CIRILO, 2012).

Nos relatos de Augusto (2013) afirma que, nos anos 90, alguns países como o Brasil vêm buscando um novo sistema de avaliação para enfatizar a melhoria da educação nas escolas. Considerando as questões escolares, as avaliações representam regulação de controle do sistema de ensino, trata-se de uma forma desresponsabilização, quando a racionalidade técnica assume a forma da aprendizagem, medidos em teste padronizados com ênfase nos processos de gerenciamento do trabalho escolar. Em 2007 o governo brasileiro, criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, assumindo o papel de condutor da política pública em prol da melhoria da educação, como afirma o Ministério da Educação, associando-se ao Plano Nacional de Educação – PNE.

De acordo com Cirilo (2012), o programa chamado de “Choque de Gestão”, apresenta o compromisso, desde a campanha eleitoral, de modernizar, agilizar e tornar eficaz ao novo tempo, garantindo transparência, às ações do governo, já que afirmava ser solução para crise fiscal herdada da gestão anterior. Em 2008, já na mudança de governo, o programa teve continuidade no período subsequente, agora em nova fase, passou a ser chamado de “Estado para Resultados”.

O novo programa “Estado para Resultados” buscando eficiência nos serviços públicos firma compromisso com as Secretarias de Estado com o governador e depois se alia as Secretarias de Estado com os seus órgãos competentes. No caso da educação, os órgãos são as Superintendências Regionais de Ensino – SER e os órgãos finais onde se processa o trabalho educativo, sendo assim, as escolas são intimadas ao “Acordo de Resultados” e passam a ter obrigação de obter índices de desempenho positivos, estipulados pelos outros órgãos hierárquicos, no Sistema Mineiro da Educação – Simave (AUGUSTO, 2013).

“O Acordo da área educacional concentra sobre as escolas e os professores a responsabilização pelo êxito ou pelo fracasso dos alunos, quando são estabelecidos os percentuais de alunos que devem ser promovidos e os índices de proficiência acadêmica a serem obtidos por escola e etapa da educação básica (AUGUSTO, 2013).”

A legislação, que estabeleceu a política de resultados em Minas Gerais, também estabeleceu um bônus salarial, chamado “Prêmio de Produtividade”. A Lei n. 17.600/2008 assim o define:

Art. 23. O Prêmio por Produtividade é um bônus a ser pago aos servidores em efetivo exercício em órgão ou entidade que:  
I - seja signatário de Acordo de Resultados com previsão expressa de pagamento de Prêmio por Produtividade;

- II - obtenha resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional, a que se refere o inciso IV do art. 11, realizada no período de referência, nos termos definidos em decreto; e
- III - realize a Avaliação de Desempenho Individual permanente de seus servidores, nos termos da legislação vigente.

De acordo com Augusto (2013) em 2003 o governo mineiro, pretendendo transformar as relações de trabalho, define a produtividade como o diferencial ao usar avaliações para qualificar professores. Nesta linha de pensamento, ficou claro que a obrigação de resultados, ao se retratar dos professores do estado de Minas Gerais, não se fundamentou no consentimento dos mesmos, já que eles não participam do processo de implementação da política de resultados. Por isso, muito se discute sobre a credibilidade dessa medida, considerando as divergências com a realidade de cada escola. Os professores são expostos para obter os resultados estipulados pelos órgãos externos, para que cada docente faça de sua escola, de acordo com o modelo definido pelo estado.

“A avaliação de desempenho individual (ADI) figura como elemento estratégico no quadro de ações a serem implantados no Estado em direção a tal reestruturação administrativa. É um processo de avaliação que possui mecanismos de premiação e punição, instituindo modelo de gestão de recursos humanos baseado no sistema meritocrático (Avaliação de Desempenho) (ALVES, 2006).”

Sendo assim Alves (2006) ainda ressalta que o método da avaliação de desempenho afeta diretamente a subjetividade do docente, desse modo, eles são intimados a admitir novas praticas profissionais baseados nos planos dos governos e resultados obtidos.

### **Regulação do processo de avaliação em Minas Gerais: a obrigação dos resultados.**

Regulação é uma palavra com significado difícil de ser concretizada, tem vários conceitos, mas em geral, vem definido pelos dicionários como palavra de etimologia latina, de ato ou efeito regular, serve para estabelecer regras, organizar ou colocar em equilíbrio. Por outro lado, pesquisadores questionam sobre o tal equilíbrio, uma vez que ao utilizar a regulação nos sistemas sociais, se torna uma abordagem mais política da ação social, nesse contexto, a regularização tange os processos de orientações das condutas dos autores para mais questionada, com isso, observamos os conflitos ou tensão que podem aparecer (AUGUSTO, 2012).

Conforme Augusto (2012) concordando com Jorge (2011), ao relacionamos a regulação com a educação, lembramos logo que a responsabilidade é do estado na condução de políticas públicas como um processo automático e único para se obter mais resultados. Entretanto, os autores dizem que: aplicação hierárquica das normas ou regras sobre pressão, não garantem grandes resultados, ao contrario, podendo ser melhor se utilizarmos a coordenação das ações e interação de vários dispositivos regulares. Os sistemas educacionais de regulação mantiveram-se em grande medida centralizada por meio de mecanismos, tais como os sistemas de avaliação e de financiamento. Podemos perceber esse fato na citação de Barroso (2005):

O Estado não se retira da educação. Ele adopta um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmotempo que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão quotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com atores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do “mercado” educativo.

O estado de Minas Gerais, que contava com um modelo tradicional de sistema educativo, agora passa por mudanças para se tornar um novo modelo de gestão. Pensando dessa forma, os docentes tem agora a responsabilidade de elevar os índices positivamente, enquadrando-se na modalidade denominada obrigação de resultados. O governo mineiro pretende adotar o modelo empresário de gestão com o objetivo de modernização administrativa, visto por ele, como respostas para sanar problemas da educação escolar, mas esse modo é visto por muitos, como distante da realidade social na educação publica (AUGUSTO, 2012).

Jorge (2011) destaca o novo modelo de sistema escolar como políticas educacionais, com objetivos numéricos no acompanhamento do desempenho dos alunos, dos professores, das escolas e ate mesmo dos recursos adotados. O sistema inovador constitui-se de metas de desempenho a serem alcançadas, impactando diretamente no corpo docente. Com as mudanças na configuração do trabalho desenvolvido na escola, o professor agora agrega mais responsabilidades e tarefas, não se limita na sala de aula, ele se enquadra em participar do planejamento da escola e da elaboração de projetos variados e coletivos, necessitando assim, de readequação no plano de trabalho completo. É o que esclarece Oliveira (2005) sobre os docentes:

(...) em dadas circunstâncias, a assumirem os papéis de agente público, assistente social, enfermeiro psicólogo, entre outros. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, de constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. Essa situação é ainda mais reforçada pelas estratégias de gestão já mencionadas, que apelam à participação comunitária e ao voluntariado, na promoção de uma educação para todos. Nesse contexto, identifica-se um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores que tem provocado mudanças significativas em sua identidade. As reformas em curso tendem a retirar desses profissionais a autonomia (...).

Barroso (2005) ressalta alguns pontos importantes do modelo de regulação que trazem desconforto para os profissionais, as novas regras servem de base para expansão da escola pública, obrigando a atualizar e organizar a forma de trabalho. A escola agora passa a tomar decisões coletivas baseada nas ideias de cidadania com o intuito de inovar e melhorar. O estado não é mais o único detentor dessa justificação, mas continua sendo o sustento, como já acontecia.

### **O efeito da regulação educativa sobre a relação do desempenho do professor e do aluno.**

As reformas educacionais começam a ser conhecidas no Brasil a partir da década de 90 como relata Jorge (2011). No primeiro momento as avaliações destinadas aos professores, buscavam apenas um caminho burocrático de certificar o cumprimento das regras e não estavam ligados a aprendizagem ou com o crescimento profissional, por isso estava distante das prioridades educativas. Entretanto, o autor relata que as atuais avaliações do desempenho dos professores, são muito rigorosas e sistemáticas, permitindo apreciar qualificações e informações do que vem a ser o desempenho do docente, e mesmo que com dúvidas em relação ao conceito concreto de qualidade, interfere positivamente para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, sendo assim, motivo de melhorias da vida das escolas, com seus funcionários, professores, alunos e sociedade em geral (FERNANDES, 2008).

A avaliação dos professores pode ser uma mera rotina burocrática e administrativa, consumidora de tempo, de esforço e de dinheiro e com pouca, ou mesmo nenhuma, utilidade para influenciar positivamente o desempenho, a competência e a eficácia dos professores e o que acontece nas escolas. Mas também pode ser, pelo contrário, um poderoso processo ao serviço da melhoria da qualidade pedagógica e da qualidade de ensino dos professores, gerando ambientes propícios à



inovação, ao desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, à melhoria das aprendizagens dos alunos (FERNANDES, 2008).

Já Augusto (2012) considera que o sistema educativo gera uma grande quantidade exagerada de decretos e leis, sendo que, sua aplicação pode resultar em mais conflitos. A autora ainda classifica o Choque de Gestão, como sendo um programa pós-burocrático, onde os resultados são antecipados e exaltados em relação aos processos, nesse sentido, direciona o desenvolvimento das ações para que o governo alcance aquilo que mais almeja: os índices estipulados, descartando a realidade e as condições negativas em relação ao trabalho dos professores.

Finalmente, contra o uso da avaliação com a finalidade de tomada de decisões sobre salários, promoção ou renovação de contrato, argumentou-se que, quando a instituição não proporciona oportunidade regular de aperfeiçoamento ao professor, é injusto exigir dele um determinado desempenho. O professor que demonstrar, nas avaliações, alguma deficiência, provavelmente não terá o conhecimento necessário para identificar como corrigir sua *performance* (KILIMNIK, 2012)

Posteriormente algumas escolas que integram as Superintendências Regionais de Ensino – SRE, ampliam as metas para elevar resultados na competência dos acadêmicos de matemática e língua portuguesa (SIMAVE/PROEB), já conhecidos como Acordo de Resultados, onde principalmente, responsabilizavam a escola e os professores pelo resultado positivo ou negativo dos alunos. No trabalho de Augusto (2012) relata uma entrevista exposta no portal da Secretaria de Educação de Minas Gerais - SEEMG, onde uma diretora de avaliação do sistema educacional descreve que no Acordo de Resultados, as avaliações são estratégias para numerar a qualidade do trabalho do professor com o aluno. Através das avaliações aplicadas pelo governo que se sabe realmente o aluno esta aprendendo, e com esses resultados numéricos que se mede a aprendizagem existente na escola.

O sistema em geral das escolas estabelecem formas de premiação para aquelas que atingirem numerações altas nas provas externas, o que chamamos de premio por produtividade das equipes, ao contrario, perdem o direito do premio, no caso de Minas Gerais, também conhecido pelos professores como 14º salário. Afonso (2009) vê o sistema de avaliação como prestação de conta da responsabilidade do ato justificado ou resposta do que esta sendo feito e como é feito, o que complica mais, se os resultados dos alunos forem associados com pagamentos e premiações.

Podemos observar autores como Fernandes (2008), que acredita que os sistemas

avaliativos recentes têm contribuído para incorporar a melhoria na educação através da avaliação dos professores, resultando em ingressar novas pessoas na profissão, formação e desenvolvimento profissional, melhoria do ensino, progressão na carreira e também aumento de salário. Essa melhoria dos sistemas educativos não é simplesmente reestruturar as escolas, deve-se ter atenção a qualidade do trabalho pedagógico e os sistemas de apoio na aprendizagem do aluno, o que parte de tarefas pensadas, preparadas e praticadas pelos docentes.

Fernandes (2008) cita algumas alternativas que vem sendo feitas para a melhoria dos sistemas educativos:

- Reestruturação das escolas, já que elas são ferramentas indispensáveis na inovação;
- profissionalidade do docente, já que os professores devem estar aptos para interferir diretamente na melhoria do ensino através de suas praticas;
- enfatizar sobre o papel do aluno, mostrando seu desenvolvimento e sendo ele reflexo do que pontua o professor.

## **CONCLUSÃO**

Podemos perceber ao longo desse trabalho, que o estado é uma instância de regulação, aqui mais notadamente do sistema educativo, através de legítimas ações políticas, novas diretrizes de ensino são implantadas constantemente, a questão em análise é o modelo de regulação pautado na avaliação de desempenho docente, a responsabilização das escolas e dos professores, pela vinculação das avaliações, é um arranjo do estado, no sentido de isentar-se das suas obrigações, tais como salários, carreiras atraentes e infraestrutura escolar, em relação ao direito aos serviços de educação de qualidade social para todos, portanto é necessário que o governo se atenha junto as políticas educativas, para processos mais horizontais, uma vez que a verticalidade dos processos adotados restringe a participação dos autores da escola na decisão dessas medidas.

A avaliação nesse estado para muitos autores realmente agrega valores as escolas, existem motivações dos prêmios por produtividade, para outros, é irrelevante e fora da realidade, tendo em vista que o estado se exime da responsabilidade de providenciar os meios necessários às adequadas condições de trabalho docente, como salários, carreiras atraentes e infraestrutura escolar. O governo mineiro criou regras para que os resultados nas avaliações externas sejam alcançados, essa é a regulação educativa, estão mais preocupados com os

números apontados, do que com a realidade das escolas, de forma que mais vale os números crescentes que podem ser estampados nas mídias. Aceitar essa situação sem nenhuma posição crítica pode ocasionar um agravamento ou ainda desencontro de soluções. Não é possível fechar os olhos para essas questões, ignorando-as. Agindo assim, corre-se o risco de legitimar as políticas que contrariam interesses democráticos e não contribuem para uma educação pública de qualidade social.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela (2009). “Nem tudo o que conta em educação é mensurável e comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandarizados e rankings escolares. Revista Lusófana de Educação, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 13-29.

ALVES, Ana Carolina Timo (2006). As reformas em Minas Gerais: choque de gestão, avaliação de desempenho e alterações no trabalho docente. VI Seminário da Redeestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ - Rio de Janeiro.

AUGUSTO, Maria Helena (2012). Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. Revista: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 695-709, jul./set.

AUGUSTO, Maria Helena. (2013). Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. *Educação & Sociedade*, 34(125), 1269-1285, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302013000400013&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000400013&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0101-73302013000400013> acessado em: 10/06/2015.

BARROSO, João. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, 26(92), 725-751. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000300002&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300002&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0101-73302005000300002> acessado em: 10/06/2015.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do Caput do art. 60 do ADCT e institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

CIRILO, Pauliane Romano.(2012). As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais. UFMG/FaE.

FERNANDES, Domingos. (2008). *Avaliação do desempenho docente: Desafios, problemas e oportunidades*. ed. 1. Cacém, Lisboa, Portugal: Texto Editores.

JORGE, Tiago Antonio Silva; Oliveira, Daliila; Andrade. ; Silva, Carlos Alexandre. Soares. (2011). Desempenho dos alunos e trabalho docente: Análise conjunta dos dois lados da mesma moeda. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu - MG. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS.

KILIMNIK, Zélia. Miranda., & Meio, Alfredo. Alves Oliveiira. Avaliação do desempenho de docentes e a experiência do departamento de ciências administrativas da FACE/UFMG.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade. (2005) Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. Educação e Sociedade, V.26, n.92, Out.